

Produção industrial brasileira e gaúcha em 2003: mais um ano de estagnação

Maria Lucrécia Calandro*
Sílvia Horst Campos*

Economista da FEE e Professora da PUCRS.
Economista da FEE e Professora da PUCRS.

Resumo

A evolução da produção física da indústria brasileira ao longo do período jan.-out./03 pode ser dividida em dois subperíodos: de janeiro a meados do ano, houve queda no nível de atividade produtiva, colocando a economia na trajetória de recessão; de julho em diante, observa-se uma lenta expansão da produção física, que pode ser atribuída a uma conjunção de fatores favoráveis, principalmente o excelente desempenho das exportações. O mesmo comportamento pode ser identificado na maioria dos estados pesquisados pelo IBGE. O Rio Grande do Sul, ao contrário, apresentou uma trajetória de crescimento mais estável, o que pode ser explicado pelas especificidades da economia gaúcha, com elevada participação de segmentos vinculados à agroindústria e voltados para o mercado externo.

Palavras-chave

Indústria brasileira; indústria gaúcha; conjuntura industrial.

Abstract

The evolution of the Brazilian industry physical production along the first ten months of 2003 can be divided in two subperiods. There was a fall in the productive activity level between January and the middle of the year, placing the economy in

* As autoras agradecem à colega Clarisse Chiappini Castilhos pelos comentários e sugestões efetuados à versão preliminar do texto, bem como ao estagiário Cristiano Ponzoni Ghinis pelo apoio técnico.

a contraction trajectory; from July on, a slow expansion could be observed, attributed to a conjunction of favorable factors, mainly to the excellent performance of the exports. The same behavior can be identified in the majority of the states searched by the IBGE. The State of Rio Grande do Sul, in contrast, presented a more steady growth trajectory, which can be explained by the specificities of the local economy, with high participation of segments bounded to agribusiness and directed to the external market.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 22.01.04.**

Introdução

Ao longo de 2003, a produção industrial brasileira percorreu praticamente duas trajetórias. De janeiro até meados do ano, a queda da atividade produtiva, com conseqüências severas sobre o emprego e a renda das famílias, colocou a economia no caminho da recessão. Essa tendência aparenta ter sido revertida a partir de julho, como resultado do abrandamento da política monetária, bem como dos efeitos de uma conjuntura externa favorável devido à elevada liquidez internacional e à retomada do crescimento das principais economias industrializadas. Essa conjugação de fatores viabilizou a recuperação da trajetória de expansão da produção industrial brasileira, fato que se torna mais claro no último trimestre de 2003, como apontam os indicadores do ritmo de atividade fabril.

Esse comportamento se verificou na maioria dos estados pesquisados pelo IBGE. O Rio Grande do Sul, ao contrário, devido às suas especificidades, apresentou uma trajetória de crescimento relativamente estável ao longo do ano. Alguns gêneros industriais, no entanto, acusaram a perda de poder aquisitivo da população, especialmente aqueles ligados aos bens de consumo não duráveis. Isso foi, em parte, compensado pelos segmentos ligados à agroindústria, com forte presença no Estado, e pelos segmentos voltados para o mercado externo.

Este artigo focaliza o comportamento das indústrias brasileira e gaúcha entre janeiro e outubro de 2003. Inicialmente, serão feitas algumas considerações sobre os ambientes econômicos interno e externo que condicionaram o desempenho da indústria e, depois, serão examinados os índices relativos ao comportamento da indústria ao longo do período em análise.

Política econômica e desempenho industrial em 2003

O desempenho da atividade produtiva em 2003 foi condicionado, em certa medida, pelas medidas contracionistas adotadas no segundo semestre de 2002, que, associadas a uma conjuntura internacional desfavorável, conduziram a economia brasileira a encerrar o ano com forte instabilidade. A inflação encontrava-se acima de 10%, como resultado das pressões inflacionárias causadas pela desvalorização cambial e pelo aumento dos preços administrados, a taxa de juros atingia 25%, e o dólar alcançava o patamar de R\$ 4,00.

De fato, às perturbações que ocorriam no ambiente externo se somaram as incertezas quanto ao rumo da política econômica do novo Governo, o que gerou forte instabilidade e contribuiu para o surgimento de pressões contínuas e persistentes sobre a taxa de câmbio e sobre os preços internos, forçando o Governo a fechar um novo acordo com o FMI e a implementar políticas fiscal e monetária restritivas. Tal cenário, aliado às perspectivas de fraca evolução das principais economias desenvolvidas, não autorizava a realização de projeções otimistas para a evolução da atividade econômica em 2003.

Os primeiros resultados da variação da atividade produtiva em 2003 não só confirmaram as previsões negativas, como também ensejaram a sua revisão para patamares ainda menores, uma vez que o Governo manteve a política econômica de cunho marcadamente restritivo. Para cumprir a meta de inflação estipulada para o ano, o Banco Central determinou, nos dois primeiros meses do ano, novos aumentos nos juros e no compulsório sobre os depósitos à vista, a taxa de juros foi elevada de 25% para 25,5% e, depois, para 26,5% (Campos; Calandro, 2003).

A implementação de uma política monetária austera, cuja utilização foi justificada pelo Governo devido à necessidade de controlar a inflação e de aumentar a credibilidade externa do País, teve consequências negativas sobre o nível de atividade econômica, refletidas em quedas na produção e no emprego.¹

¹ A opção do Governo Lula pela continuação da adoção de políticas contracionistas foi criticada por diversos representantes da sociedade não só pelo seu impacto negativo sobre a atividade produtiva, mas também por sua inadequação à situação de relativa estabilidade deixada pelo Governo anterior: “Desde o início da gestão, vendeu-se o argumento de que as taxas de juros só poderiam baixar quando a inflação cedesse. Por trás dele, encontra-se o conservador diagnóstico de que o súbito surto de elevação de preços que o País experimentava era decorrente de inflação de demanda. (...). Mas como defender um tão implausível diagnóstico com a economia estagnada e o desemprego batendo recordes atrás de recordes? (...).”

No primeiro quadrimestre de 2003, a produção industrial ficou abaixo do patamar observado no segundo semestre do ano anterior. As atividades voltadas para o mercado interno, que já vinham em ritmo de desaceleração desde o último trimestre de 2002, aprofundaram a queda em decorrência da persistente e continuada redução no consumo das famílias, resultante do declínio na renda real e dos juros elevados, levando a economia brasileira para a recessão, tendência que se manteve até meados do ano.

Entretanto uma combinação de fatores possibilitou reverter a trajetória recessiva iniciada no primeiro semestre de 2003.² Internamente, destacam-se a flexibilização da política monetária associada à adoção de incentivos ao consumo de bens duráveis — redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis —, a melhoria nas condições macroeconômicas do País e o conseqüente aumento da demanda interna. Do ponto de vista dos fatores externos, repercutiram favoravelmente, dentre outros, a expansão da atividade industrial da economia norte-americana e seu duplo impacto sobre a economia brasileira — aumento das exportações para aquele país e de entrada de investimentos diretos no Brasil — e a recuperação da Argentina. Esse quadro viabilizou a retomada lenta do crescimento da produção da indústria brasileira e sustenta as previsões de crescimento de produção em 2004.³

Os índices de produção física da indústria, calculados pelo IBGE, do mês de setembro mostraram crescimento da atividade produtiva, confirmando, assim, a recuperação da produção, que já se delineava em julho. Essa retomada também foi constatada pela Confederação Nacional da Indústria, cuja pesquisa sobre o nível de atividade mostra expansão em todas as variáveis analisadas, sendo que os maiores aumentos ocorreram nas variáveis diretamente ligadas à

Evidentemente o problema não era esse. Como é sabido, por conta justamente da turbulência provocada pelo processo eleitoral, o preço em reais da moeda americana disparou a partir de junho de 2002 (...). Com a defasagem que sempre existe nesses casos, os índices de preços passaram a incorporar esses choques a partir de outubro/novembro (...). Portanto, fosse qual fosse a condução da política monetária, pelo menos quatro ou cinco meses de índices elevados existiriam como mera conseqüência da elevação do preço do dólar entre junho e setembro de 2002" (Paulani, 2003, p. 29-30).

² "A partir de abril, ganhou corpo uma trajetória de apreciação da taxa de câmbio simultaneamente a uma acentuada redução do Risco-País no mercado financeiro internacional (...)" (B. Conj., 2003). Isso abriu espaço para a redução dos juros e para a conseqüente melhora no ambiente econômico interno.

³ Em agosto de 2003, os EUA retomaram a posição de principal investidor no setor produtivo do País, registrando um crescimento de 7,6% em relação ao ano de 2002. Essa situação, contudo, pode não se manter, caso ocorra uma elevação da taxa de juros norte-americana. Trata-se de uma hipótese bastante plausível, visto que a expansão econômica, em geral, vem acompanhada de pressão inflacionária (Fraga, 2003).

atividade produtiva: horas trabalhadas na produção e utilização de capacidade instalada. (Indic. Industr. CNI, 2003).

Em termos mais agregados, ou seja, na soma da produção interna dos Setores, Agricultura, Indústria e Serviços — Produto Interno Bruto —, porém, os resultados do terceiro trimestre registraram uma expansão inferior às expectativas. Esse fraco desempenho é explicado pela forte queda do PIB agropecuário, enquanto, no setor industrial, ao contrário, as informações continuam mostrando uma expansão da produção, o que ratifica a hipótese de que a economia reage com relativa rapidez à queda das taxas de juros (Econ. Conj., 2003).

A expansão da atividade industrial, contudo, não se manteve em outubro, e o índice de variação mensal da produção física registrou nova queda (0,5%, dados dessazonalizados), enquanto o indicador acumulado no ano (jan.-out./03) mostra que a quantidade produzida praticamente não se alterou em relação ao período jan.-set./03. Tal resultado compromete a meta de crescimento da produção industrial brasileira e, mesmo que a produção cresça nos dois últimos meses do ano, o desempenho da atividade fabril, em 2003, deverá ser bem ruim.

Apesar das perspectivas de fechamento do ano de 2003, com o produto industrial praticamente estagnado e o desemprego elevado, alguns indicadores tiveram desempenho favorável: a inflação foi reduzida substancialmente, os juros recuaram cerca de 10 pontos, o dólar manteve-se estável em torno de R\$ 3,00, e o saldo comercial atingiu cifras elevadas.

Para 2004, praticamente todos os analistas apontam crescimento da produção industrial brasileira, se não por outro motivo, devido ao efeito estatístico de se comparar um número maior (ainda que só um pouco maior) com uma base bastante deprimida. Também contribui a elevada capacidade ociosa observada nos segmentos industriais produtores de bens de consumo, o que, na ausência de investimentos em ampliação de capacidade, possibilita um aumento rápido de produção. Com a convergência de previsões sobre a retomada do crescimento, ganhou espaço, nas análises econômicas, a questão do vigor e da sustentabilidade do crescimento. Pode contribuir para a retomada do crescimento a recuperação da economia norte-americana, na medida em que favorece uma elevação das exportações para esse país, que é o principal destino da produção brasileira, e o aumento no volume de investimentos diretos norte-americanos.⁴

⁴ A economia norte-americana registrou uma taxa de crescimento de 7,2% no terceiro trimestre de 2003, o que aponta, segundo analistas econômicos, uma nova fase de expansão rápida e sustentável. Esse crescimento foi alcançado, principalmente, pelo aumento do consumo e, em menor escala, por aumentos dos investimentos (PIB..., 2003).

É importante ressaltar que uma trajetória de crescimento sustentado requer um novo ciclo de investimentos a ser realizado em praticamente todos os setores industriais, visto que segmentos de base, sobretudo os voltados para o comércio externo, vêm operando próximo da capacidade instalada. As dificuldades parecem maiores para os produtores de mercadorias predominantemente de consumo interno, que, nos últimos anos, vêm se defrontando com uma demanda bastante contraída e em queda, gerando, com isso, capacidade ociosa e desestímulo ao investimento.⁵

Indústria brasileira em 2003: recessão e retomada lenta da atividade produtiva

Em 2002, a indústria brasileira, apesar das dificuldades impostas pelo ambiente externo e pelas incertezas que caracterizaram o período pré-eleitoral, assumiu, no segundo semestre, uma trajetória de expansão da produção. Nesse ano, embora a expansão da atividade fabril tenha sido desigual tanto entre setores quanto entre regiões, a taxa de crescimento de 2,3% para a indústria geral (extrativa e de transformação) representou uma recuperação do nível de atividade quando comparada à do ano anterior. As maiores taxas ficaram com os setores menos dependentes da demanda interna, como, por exemplo, a extração de petróleo e de gás, e com algumas *commodities* transacionadas no mercado externo (petróleo, laminados de ferro e aço, celulose, complexo soja e açúcar), beneficiados pela desvalorização do real (Indic. DIESP, 2003).

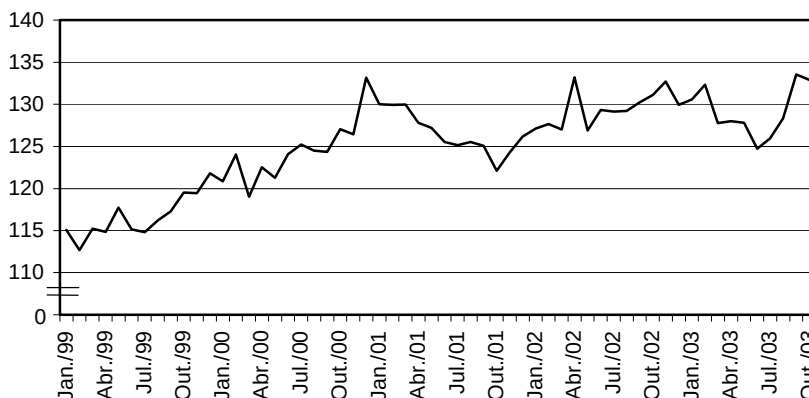
A retomada do crescimento, contudo, não prosseguiu em 2003. A evolução da produção, analisada pelos indicadores de produção física do IBGE no primeiro quadrimestre do ano, já mostrava uma forte retração da atividade manufatureira. A continuidade das políticas monetária e fiscal restritivas e o conseqüente encolhimento do mercado interno acarretaram quedas sucessivas na produção industrial. O menor nível de produção, por sua vez, elevou a taxa de desemprego e aumentou as perdas dos trabalhadores, cuja renda caiu cerca de 10% só em 2003 (Indic. DIESP, 2003a, p. 15).

⁵ É preciso, no entanto, lembrar que alguns segmentos ligados à agroindústria, como é o caso de alimentos, passaram por um processo de concentração e internacionalização na década de 90. Esse processo foi realizado mediante a aquisição de firmas já existentes e/ou por fusões com empresas locais de maior porte, integrando o setor nacional a uma rede mundial e normalmente especializando sua atividade econômica.

A variação da produção industrial brasileira pode ser examinada no Gráfico 1, que apresenta a evolução mensal do índice de produção física dessazonalizado de janeiro de 1999 a outubro de 2003, período caracterizado por mudança de patamar da atividade manufatureira, apesar de intercalado por fases de crescimento, de quase estagnação em 2002 e de desaceleração da atividade fabril. A tendência de elevação de patamar foi interrompida no primeiro semestre de 2003, período em que a atividade manufatureira passou a apresentar quedas sucessivas.

Gráfico 1

Evolução mensal do índice de produção física da indústria
geral no Brasil — jan./99-out./03



FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: Brasil - número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 1999/2003. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>
Acesso em: 18 dez. 2003.

NOTA: Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal (base média de 1991 = 100).

A partir de abril, as reduções nas taxas de juros e a conseqüente melhora nas expectativas dos agentes econômicos contribuíram para a expansão da produção em alguns segmentos industriais, beneficiados ainda com os bons resultados obtidos no mercado externo. Após junho, teve início uma fase de recuperação do nível de atividade fabril, impulsionada não só pela flexibilização da política monetária, mas também pelo pacote de estímulos ao consumo de

duráveis e pela “(...) concessão transitória de incentivos setoriais — redução da alíquota do IPI para automóveis — [que] reverteram a tendência recessiva do primeiro semestre de 2003” (Indic. DIESP, 2003a, p. 15).

As perspectivas de crescimento da produção ratificadas pelos bons resultados de setembro incentivaram as estimativas otimistas para os últimos meses de 2003, período que deveria marcar o retorno da produção industrial ao caminho do crescimento. Contudo, em outubro, o índice do IBGE indicou que a produção permaneceu no mesmo nível registrado no mês anterior. Tal resultado mostra uma estagnação da atividade industrial, ainda que em um patamar superior ao observado no primeiro semestre do ano. Ao mesmo tempo, indica que a retomada da produção física da indústria irá ser lenta e demorada e só deverá, de fato, ocorrer em 2004.

As dúvidas quanto à sustentabilidade da recuperação surgem após a divulgação do PIB do terceiro trimestre, cujo resultado foi bastante inferior ao previsto.⁶ A explicação para essa taxa deve-se ao fraco desempenho da agropecuária, cuja produção teve queda de 6,7% nos meses de julho a setembro em relação ao segundo trimestre, enquanto o setor industrial registrou um crescimento de 2,7%. A acentuada retração da produção agropecuária ocorreu devido a fatores sazonais; ao final da colheita de vários produtos e à quebra de safra do café. Ressalte-se, no entanto, que ainda foi o setor mais dinâmico no período jan.-set./03, com crescimento de 5,1%.

A evolução do indicador acumulado, por categorias de uso, nos anos de 2002 e 2003 pode ser examinada na Tabela 1. As taxas acumuladas no período de janeiro a outubro dos dois anos em análise mostram uma trajetória descendente para a produção física da indústria geral. A mesma constatação é feita quando se examinam os diversos segmentos. A menor taxa foi obtida pela categoria bens de capital, cujos produtores foram os mais atingidos pelo ambiente de incerteza e instabilidade, o que fez com que esses empresários adiassem a realização de novos investimentos. Os bens de consumo, também com trajetória descendente, tiveram uma queda mais acentuada em 2003, explicada pela dificuldade de acesso ao crédito, caro e escasso, e, principalmente, pela redução na renda real do trabalhador.

A indústria automobilística brasileira ressentiu-se, no primeiro semestre, do ambiente recessivo e de incerteza que vigorou na economia. Apesar disso, as empresas do setor deverão encerrar o ano com suas vendas em alta. Beneficiadas com a redução de três pontos percentuais no IPI, em agosto, concedido

⁶ O PIB do período jul.-set./03 cresceu apenas 0,4% em relação ao do trimestre anterior, contrariando as previsões de um crescimento de 1,5% (Indic. DIESP, 2003a, p. 15).

pelo prazo de três meses e renovado em dezembro por mais três meses, e com a recuperação moderada da economia, as empresas do setor estão conseguindo, no segundo semestre do ano, um desempenho expressivo, sobretudo no mercado externo, responsável por um percentual elevado da vendas no período jan.-nov./03.

Tabela 1

Taxa de crescimento acumulada da produção física da indústria,
por categorias de uso, no Brasil — 2002/03

SEGMENTOS	ACUMULADA			(%)
	NO ANO		ACUMULADA	
	(1)		EM 12 MESES	
	Jan.-Out./02	Jan.-Out./03	Out./03	
Bens de capital	-1,75	-0,49	0,06	
Bens intermediários	2,46	1,40	2,23	
Bens de consumo	1,02	-4,50	-3,65	
Duráveis.....	1,56	-2,28	-0,51	
Semiduráveis e não duráveis...	0,87	-5,11	-4,50	
Indústria geral	1,97	0,01	0,78	

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE.
Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2003.

(1) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

No caso dos bens semiduráveis e dos não duráveis, destaca-se não só a magnitude da redução de sua produção em 2003 (-4,5%), mas também o tempo de duração dessa contração nas taxas de crescimento do produto físico. Em 2003, além da redução da renda real, houve uma diminuição da renda disponível para o consumo em razão do aumento dos preços administrados — luz, água, telefone e gás —, “(...) que consumiam 15% da renda desses segmentos na última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de 1996, e agora consomem 30% a 35%” (Desigualdade..., 2004, p. B-1).

Com melhor desempenho expresso em taxas de crescimento positivas, aparece o segmento de bens intermediários, que, apesar de se ressentir das dificuldades verificadas no mercado interno, vem conseguindo manter um desempenho razoável, sustentado pelas vendas externas e confirmado pela elevada taxa de ocupação da capacidade instalada — 86,6%, segundo a **Sondagem Industrial** da FGV, de outubro (Souza, 2004). As dificuldades que se colocam para os fabricantes desses produtos, concretizadas as previsões de retomada do crescimento industrial em 2004, são o retardo e o baixo nível de investimento em capacidade instalada realizado nos últimos anos. Ocorrendo uma expansão da demanda interna, alguns segmentos possivelmente deverão reduzir exportações ou “(...) recorrer a importações para suprir o mercado doméstico” (Souza, 2004).

A análise do desempenho da produção física por classes e gêneros de indústria para o período em estudo permite desagregar um pouco mais essas informações. Os dados da Tabela 2 mostram as taxas acumuladas até os meses de março, junho, setembro e outubro, evidenciando, assim, o comportamento dos diversos gêneros industriais ao longo do ano. Com algumas exceções, pode-se afirmar que, no período jan.-out./03, a produção física teve dois tipos de comportamento: descendente até junho e em expansão a partir daí, embora apresentando, em alguns gêneros, taxas negativas. Novamente nesse ano, destaca-se o gênero mecânica, que alcançou a maior taxa de crescimento no período estudado, beneficiado pela concessão de recursos a juros subsidiados para a compra de máquinas e equipamentos no âmbito do Moderfrota, sobretudo vendas externas de tratores.

Com taxas positivas, destacam-se ainda os gêneros metalurgia (4,8%), madeira (4,6%), borracha (6,1%), couros e peles (4,4%). O crescimento da produção deste último, alcançado tanto pelo aumento de produção em plantas existentes quanto da instalação de novos curtumes no Rio Grande do Sul, foi atribuído ao bom desempenho das exportações, com crescimento em volume físico bastante expressivo em 2003, o que compensou a retração das vendas no mercado doméstico. Contribuiu para o bom resultado o fato de que as exportações apresentaram maior regularidade, ou seja, não foram reduzidas nos primeiros meses do ano e em julho, em razão das férias escolares (Viscardi, 2003).

Com taxas negativas, aparecem 11 dos 19 gêneros pesquisados pelo IBGE no acumulado jan.-out./03. Com os piores desempenhos, ficaram a farmacêutica (-18,4%) e outros bens semiduráveis e não duráveis de consumo: mobiliário (-6,0%), produtos de matérias plásticas (-11,3%), têxtil (-7,0%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-12,4%), bebidas (7,8%), fumo (-9,1%) e produtos alimentares (-2,8%), devido à queda no nível de emprego e ao encolhimento da renda disponível para o consumo.

Tabela 2

Taxa de crescimento acumulada da produção física, por classes
e gêneros da indústria, no Brasil — jan.-out./03

(%)

CLASSES E GÊNEROS	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN-OUT
INDÚSTRIA GERAL	2,26	-0,13	-0,13	0,01
Indústria extrativa mineral	4,83	2,04	2,05	1,86
Indústria de transformação	1,90	-0,43	-0,42	-0,23
Minerais não-metálicos.....	-1,65	-4,92	-5,59	-5,63
Metalúrgica.....	8,42	6,40	5,30	4,78
Mecânica.....	11,20	10,36	9,25	9,09
Material elétrico e de comunicação.....	-1,99	-6,84	-5,35	-3,86
Material de transporte.....	5,45	0,21	0,54	0,41
Madeira.....	8,42	3,96	3,98	4,64
Mobiliário.....	-7,48	-8,97	-7,31	-5,99
Papel e papelão.....	3,60	3,28	3,01	2,92
Borracha.....	5,19	4,76	5,87	6,11
Couros e peles.....	8,34	6,99	4,73	4,38
Química.....	0,79	0,12	0,61	0,98
Farmacêutica.....	-17,85	-18,07	-18,56	-18,38
Perfumaria, sabões e velas.....	-0,50	-1,05	-0,38	-0,51
Produtos de matérias plásticas.....	-8,66	-12,58	-11,60	-11,32
Têxtil.....	-5,56	-8,55	-7,72	-7,03
Vestuários, calçados e artefatos de tecidos.....	-11,78	-14,92	-13,69	-12,44
Produtos alimentares.....	-1,37	-2,93	-2,66	-2,81
Bebidas.....	-0,44	-5,30	-7,43	-7,79
Fumo.....	13,92	-1,44	-9,34	-9,09

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2003.

NOTA: Os dados têm como base o índice acumulado em igual período do ano anterior = 100.

O crescimento do consumo previsto para 2004 coloca dificuldades adicionais para os fabricantes desses produtos. Em um país com grau de concentração de renda elevado e com demanda reprimida, uma melhoria na distribuição de renda, a ser alcançada pela queda na inflação e nos juros e pela retomada da atividade fabril, ocasiona aumentos expressivos na demanda, exigindo ampliação da produção. Em um primeiro momento, é viável ampliar os volumes produzidos, visto que, nos últimos anos, a utilização da capacidade instalada ficou

abaixo dos níveis considerados satisfatórios. Uma recuperação prolongada do consumo, no entanto, exigirá a realização de investimentos em ampliação ou construção de novas plantas, o que, por sua vez, dependerá da condução da política econômica daqui para frente.

Desse modo, em um contexto caracterizado por renda em queda e juros internos elevados, o setor externo foi o responsável pelo reduzido crescimento obtido em 2003. Nesse ano, houve uma lenta retomada da atividade produtiva das principais economias industrializadas, evidenciada pelos indicadores do nível de atividade produtiva. O mercado interno contraído fez com que as empresas direcionassem a produção para o mercado externo. Houve também crescimento da exportação de alguns bens não duráveis e semiduráveis — “(...) que não são exportações tradicionais, as quais foram impulsionadas pela baixa demanda doméstica, num contexto de corrosão da renda real da população [alimentos, produtos têxteis, calçados e bebidas]” (Indic. DIESP, 2003a, p. 13).

Convém ressaltar que a continuidade do bom desempenho das exportações em 2004 vai depender da realização de investimentos nos setores de base da indústria, responsáveis por parcela significativa das exportações, e que estão funcionando com elevado índice de utilização da capacidade. Nos setores de bens duráveis, como automóveis e eletroeletrônicos, ainda existe uma elevada capacidade ociosa, que poderá ser ocupada para sustentar aumentos de demanda interna, que serão viabilizados pelo aumento do crédito e da renda real obtida pela redução da inflação e pela retomada do crescimento econômico.

A indústria farmacêutica apresentou a maior taxa negativa no período considerado. A importância desse segmento industrial, tanto pela questão de saúde pública quanto pelos seus efeitos sobre a balança comercial, levou à sua inclusão no programa de apoio à atividade produtiva a ser efetivado na política industrial, com o objetivo de estimular a fabricação de fármacos no País. Esse objetivo encontra obstáculos importantes, criados, em larga medida, pelas opções feitas no início da década de 90. Enquanto, no Brasil, a abertura abrupta da economia desestimulou os investimentos na indústria, outros países aproveitaram a quebra das patentes e investiram na fabricação de novos medicamentos. Esse movimento levou à conformação de dois grupos principais de produtores: empresas que investem na descoberta de novos medicamentos e que são detentoras da grande maioria das patentes e empresas fabricantes de genéricos, fármacos produzidos após o vencimento das patentes. Este último grupo reúne firmas que não dispõem de elevada capacitação técnica e de recursos financeiros abundantes, porém possuem domínio da tecnologia de síntese de princípios ativos, o que lhes possibilita fabricar os genéricos. As pesquisas estão concentradas em cinco multinacionais, responsáveis por cerca de 28% do faturamento global da

indústria. Na fabricação de genéricos, destacam-se China, Índia e Coréia do Sul, que ingressaram na cadeia farmacêutica amparadas em uma política industrial ativa, que lhes garantiu escala e baixos custos de produção (Palmeira Filho; Pan, 2003).

Indústria brasileira e resultados regionais: retração e início de recuperação

A trajetória de queda e retomada da atividade produtiva da indústria brasileira em 2003 também foi observada na maioria dos locais pesquisados pelo IBGE. Inicialmente, a implementação de uma política monetária apertada e a lenta recuperação das principais economias industriais demandaram um forte ajuste da economia, que "(...) colocou a produção interna em níveis recordes de ociosidade e com conseqüências negativas para o mercado de trabalho dos indicadores sociais (...)" (Balanço..., 2003, p. 9). Porém, no início do segundo semestre, a flexibilização da política monetária, a relativa estabilidade da taxa de câmbio e a recuperação das economias norte-americana e argentina vêm criando um ambiente macroeconômico propício para a recuperação da atividade industrial.

A redução do ritmo da atividade industrial na maioria dos locais pesquisados pelo IBGE já foi observada em análises anteriores. Em abril, as taxas de variação dos indicadores de produção física ainda eram majoritariamente positivas (Campos; Calandro, 2003), mas, em julho, quando o quadro recessivo já se instalara, essa situação se mostrava bastante alterada, com a predominância de taxas mensais e acumuladas no ano negativas. O contorno regionalizado desse quadro pode ser observado na Tabela 3. As taxas diferenciadas refletem, em grande parte, as diferentes estruturas industriais e a capacidade da indústria local de adotar estratégias que devolvam a competitividade a seus produtos.

Na comparação com julho de 2002, além da média nacional (-2,5%), sete dentre os 10 locais pesquisados apresentaram índices negativos, situando-se as piores performances nos estados onde a indústria se caracteriza por ser mais atrelada ao desempenho da demanda interna. Destacaram-se com taxas piores do que a da indústria nacional os estados: Ceará (-4,3%) e Pernambuco (-2,8%), onde as pressões negativas provêm, principalmente, dos gêneros mineiros não-metálicos, vestuário e calçados, matérias plásticas, mais direcionados ao mercado interno; Bahia (-8,1%), refletindo a redução na produção de petróleo e de derivados como gasolina e óleos lubrificantes; e Santa Catarina (-4,6%), onde o desempenho negativo se associa à diminuição da produção das indústrias alimentícia e fumageira (Pesquisa..., 2003).

Tabela 3

Taxa de variação dos indicadores conjunturais da indústria, por locais pesquisados, no Brasil — jul./02-out./03

(%)

ESTADOS E BRASIL	JULHO/02			OUTUBRO/03		
	Mensal (1)	Acumulada		Mensal (1)	Acumulada	
		No ano (2)	12 meses (3)		No ano (2)	12 meses (3)
Ceará	-4,3	-2,2	-0,5	5,5	-0,9	-0,3
Pernambuco	-2,8	-3,3	1,5	2,1	0,5	1,2
Bahia	-8,1	2,1	3,1	0,2	1,1	2,1
Minas Gerais	0,1	-2,1	1,5	-0,7	-1,1	0,0
Espírito Santo	12,5	18,0	20,7	0,1	15,3	18,4
Rio de Janeiro	-1,6	0,5	5,0	-4,0	-1,0	-0,4
São Paulo	-2,1	-1,1	-0,4	2,6	0,1	0,7
Paraná	5,8	3,5	5,1	7,6	3,4	3,9
Santa Catarina	-4,6	-3,4	-3,8	-0,9	-2,9	-2,8
Rio Grande do Sul	-1,2	2,3	3,2	5,5	2,8	2,9
Brasil	-2,5	-0,3	1,9	1,1	0,0	0,8

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física regional. **Indicadores IBGE.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003. out. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtm> Acesso em: 18 dez. 2003.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100. (3) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

Nos estados onde as taxas negativas se situaram acima da média nacional, as influências não se restringem aos ramos industriais que se vinculam tipicamente ao mercado interno (Pesquisa..., 2003). A existência de especificidades locais contribui de modo expressivo no desempenho desse setor. Em São Paulo, por exemplo, o resultado negativo refletiu problemas nas indústrias farmacêutica e de material de transporte; no Rio de Janeiro, foi determinante a queda da produção de derivados de petróleo e de material elétrico e de comunicações; no Rio Grande do Sul, observou-se o efeito negativo do decréscimo da produção de fumo, um segmento representativo na estrutura industrial local.

Foram também as especificidades locais que marcaram o desempenho das indústrias estaduais que registraram taxas de crescimento positivas no confronto jul.03/jul.02, contrapondo-se ao contexto macroeconômico adverso. A posição de liderança continuou sendo ocupada por Espírito Santo (12,5%), emba-

lado pelo seu perfil exportador e pelo aumento da produção de petróleo. A indústria paranaense (5,8%) foi beneficiada pelo crescimento das exportações e das safras agrícolas, que movimentaram a produção de tratores, colheitadeiras, fertilizantes e produtos alimentares, como o café solúvel; em Minas Gerais, a taxa positiva de 0,1% foi influenciada pela boa performance da metalúrgica.

As taxas de crescimento acumuladas até julho, no comparativo com igual período de 2002, também refletem a redução no ritmo da atividade fabril brasileira. Metade dos locais pesquisados apresentou uma performance negativa. Os estados que registraram crescimento possuíam sua estrutura industrial em larga medida vinculada ao agronegócio e a segmentos exportadores.

Nos meses subseqüentes, entretanto, as mudanças na política econômica e nas condições econômicas internacionais delinearam um quadro mais favorável para a atividade industrial. Com efeito, os indicadores de produção física industrial do IBGE referentes ao mês de outubro, último mês disponível por ocasião do fechamento desta análise, sinalizam a recuperação da atividade fabril (Tabela 3).

Na comparação com outubro de 2002, observa-se uma expressiva diminuição do número de taxas negativas ou, então, do grau de negatividade das mesmas. Com efeito, apenas Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais mantiveram taxas mensais negativas no mês de outubro. A liderança da expansão, por sua vez, ficou com a indústria do Paraná (7,6%), seguida por Rio Grande do Sul e Ceará, ambos com uma taxa de crescimento de 5,5% no mês. O pior desempenho ocorreu no Rio de Janeiro, em decorrência de um quadro de queda generalizada dos setores industriais, com destaque para as perdas da indústria extrativa mineral.

Em termos dos resultados acumulados para os 10 primeiros meses de 2003, as taxas mostram uma melhora expressiva com relação ao quadro recessivo encontrado no mês de julho. Os principais sinais de recuperação centraram-se nos estados com uma estrutura industrial que tem forte articulação com a atividade extrativa mineral, com a produção de bens de capital (especialmente ligado ao agronegócio) e de bens de consumo durável e/ou com o setor exportador: Paraná e Rio Grande do Sul. O dinamismo do setor agrícola, impulsionando a produção de fertilizantes, tratores e colheitadeiras, tem se mostrado particularmente relevante na manutenção de taxas de crescimento positivas de Paraná e Rio Grande do Sul, que ocupam a segunda e terceira posições no *ranking* dos estados.

Os demais estados com taxas acumuladas no ano positivas foram Espírito Santo, Bahia e São Paulo. A indústria do Espírito Santo desponta com taxas acumuladas positivas elevadas (15,3% e 18,4%), sustentadas, primordialmente, pelo aumento na extração de petróleo e de gás natural. No caso da Bahia,

desponta o resultado positivo da indústria extrativa mineral e da indústria química. Já em São Paulo, a taxa de 0,1% rompeu uma seqüência de taxas negativas de cinco meses, indicando a volta do crescimento industrial.⁷

Apenas Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina ainda assinalaram desempenhos negativos no indicador acumulado no ano e, mesmo assim, com taxas reduzidas, variando entre -0,9% (Ceará) e -2,9% (Santa Catarina). Em ambos os casos, as pressões desfavoráveis emergiram dos segmentos industriais vinculados, primordialmente, ao mercado interno: vestuário, calçados, têxtil e produtos alimentares.

A retomada da atividade econômica deverá impulsionar o consumo das famílias pela melhora do comportamento do mercado de trabalho (emprego e renda), incentivando a demanda interna; a manutenção dos fatores tais como boas safras agrícolas, aumento das exportações e existência de crédito a juros reduzidos para a aquisição de bens de capital e de incentivo ao consumo de bens duráveis deverá movimentar vários setores industriais representativos nas estruturas industriais estaduais.

Indústria gaúcha em 2003: ritmo de crescimento relativamente estável

A evolução da produção industrial no Rio Grande do Sul pautou-se por uma trajetória estável no ritmo de crescimento em 2003, mesmo considerando certa perda de dinamismo da atividade produtiva decorrente de uma conjuntura econômica adversa, diminuição do poder de compra da população e taxas de juros elevadas, que deprimiram o mercado interno. As estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto da indústria realizadas no início do ano, entretanto, não foram atingidas, embora os resultados finais assim mesmo continuem posicionando o Estado em uma situação mais favorável do que a nacional.

Com base nas estimativas preliminares realizadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), a economia gaúcha cresceu 4,7% em 2003, bastante acima da taxa de -0,3% estimada pelo IBGE e de 0,2% projetada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o Brasil. A agropecuária foi o setor produtivo que mais se destacou em 2003, com seu Valor Adicionado Bruto

⁷ Projeções realizadas no final do ano pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) confirmavam a manutenção da trajetória de crescimento da indústria paulista no mês de novembro.

(VAB) crescendo 18,5%. A indústria de transformação despontou com a segunda contribuição mais importante, 3,5%, contudo sem conseguir neutralizar o desempenho menos favorável dos demais segmentos industriais. A taxa de crescimento do setor industrial como um todo, que participa com 40% do VAB do total do Estado, foi de 2,9%, segundo o Núcleo de Contabilidade Social da FEE.

Conforme já comentado anteriormente, a indústria gaúcha beneficiou-se do excelente desempenho das exportações, que aumentaram 25,05% de janeiro a novembro, em comparação com igual período de 2002, correspondendo ao montante recorde de US\$ 7,35 bilhões, um valor já superior ao obtido no total do ano passado. As exportações industriais, que representaram 77,3% do total no Estado expandiram-se a uma taxa menor (15,61%) no período, mas mesmo assim cresceram mais no Rio Grande do Sul do que no País, repetindo o feito realizado em 2002.⁸ Dentre os fatores que impulsionaram esse desempenho, conforme ressalta a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), destacam-se a boa safra agrícola, a recuperação da Argentina e o efeito defasado da desvalorização cambial de 2002 (Exportações..., 2003). A retomada das compras externas da Argentina reveste-se de considerável importância para o Rio Grande do Sul, haja vista que esse país já foi o segundo principal parceiro comercial do Estado e que a interrupção das suas compras externas prejudicou sobremaneira alguns segmentos industriais expressivos na matriz industrial gaúcha, como, por exemplo, mobiliário, produtos de matérias plásticas e calçados. Deve-se salientar, contudo, que, atualmente, a recuperação argentina deverá representar vendas adicionais uma vez que "(...) a elevada rentabilidade proporcionada por um câmbio altamente favorável ao exportador, a despeito de sua variabilidade exacerbada, fez com que a queda nas vendas ao tradicional segundo parceiro comercial fosse mais do que compensada com outros destinos" (Exportações..., 2003).

Em termos setoriais, as maiores participações são de calçados, produtos alimentares, mecânica, material de transporte, couros e peles, plásticos e química, com variações percentuais positivas entre 9,86% e 38,18% e uma taxa negativa de -2,35% nos primeiros 11 meses do ano. Dentre os setores que experimentaram crescimento, destaca-se a exportação de produtos do gênero mecânica, em larga medida representados por máquinas e implementos agrícolas. Por outro lado, calçados é o setor que, pela segunda vez consecutiva, registrou queda no valor exportado.

⁸ A participação do Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras totais aumentou de 10,5% em 2002 para 11,1% em 2003 (Exportações..., 2003).

O bom desempenho das vendas externas estimulado por uma taxa cambial estável representou também uma alternativa aos segmentos industriais mais afetados pelo desaquecimento da demanda doméstica. Porém, naqueles em que as possibilidades de escoar a produção via exportações se mostrou menos factível ou promissora, houve diminuição da atividade fabril paralelamente à diminuição dos níveis de emprego e renda. Assim, o que se observa é um desempenho global da indústria (extrativa mineral e de transformação), que, embora alcançando resultados geralmente melhores do que a média brasileira, também reflete as quedas de produção decorrentes dos fatores que delinearam o contexto recessivo da primeira metade de 2003.

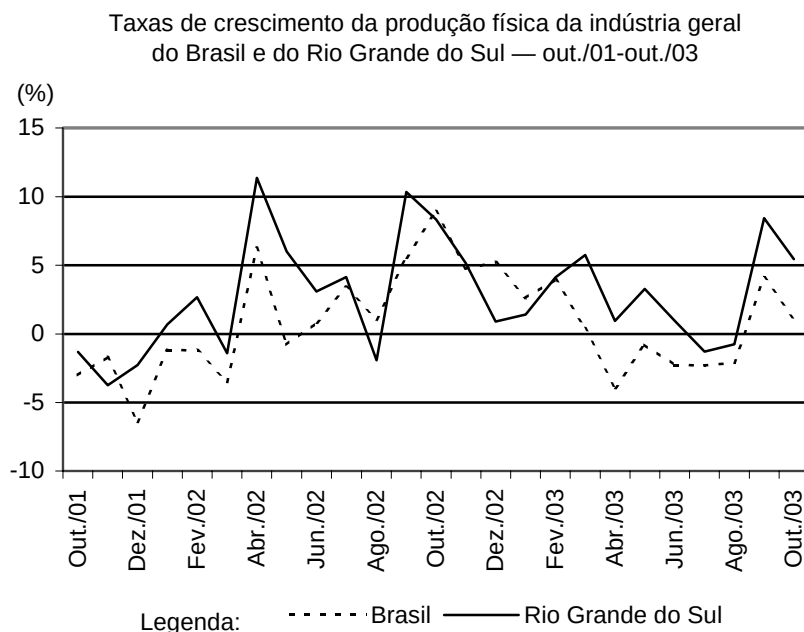
As diferenças na evolução das taxas de crescimento da produção física da indústria geral brasileira e estadual na comparação mensal (mês/mesmo mês do ano anterior), com base em indicadores calculados pelo IBGE, podem ser visualizadas no Gráfico 2. De imediato, observa-se que, com exceção de janeiro, todas as taxas de crescimento da indústria gaúcha superaram as nacionais em 2003, atingindo diferenciais expressivos nos meses de março a junho, setembro e outubro. Ou seja, a estrutura industrial do Estado responde mais e melhor aos fatores que vêm dinamizando e sustentando o crescimento da economia brasileira desde meados de 2002.

O arrefecimento da atividade fabril na primeira metade de 2003, por sua vez, pode ser percebido quando se comparam as taxas mensais de abril a julho com as do mesmo período de 2002. Principalmente no caso brasileiro, ocorreu uma sequência de resultados negativos, um comportamento marcadamente diferente do registrado no ano anterior. No Rio Grande do Sul, as taxas só chegaram a negativar em julho e agosto, porém as demais, inclusive as mais elevadas de setembro e outubro, situaram-se em patamares inferiores às de 2002.⁹

Um segundo aspecto a considerar na análise dos dados do Gráfico 2 refere-se à semelhança de trajetória das taxas de crescimento ao longo de todo o período analisado. Essa analogia já identificada em análises de desempenho anteriores (Calandro; Campos, 2003) voltou a acontecer em 2003, refletindo as composições diferentes da estrutura das indústrias brasileira e gaúcha.

⁹ No final do primeiro quadrimestre, ocorreu a primeira taxa de crescimento negativa da indústria brasileira, confirmando a trajetória de queda da atividade industrial nacional. Já a performance da indústria gaúcha nesse período foi bem mais favorável, e foi apenas em abril que começaram a aparecer os sinais de retração, com taxas de crescimento ainda positivas (Campos; Calandro, 2003).

Gráfico 2



FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: Brasil e Rio Grande do Sul número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2001/2003. Disponível <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2003.

NOTA: Os índices têm como base o mesmo mês do ano anterior.

A trajetória da indústria gaúcha com base em indicadores acumulados e, portanto, menos suscetíveis às flutuações mensais pode ser observada na Tabela 4, que apresenta a evolução das variações dos indicadores acumulados no ano e em 12 meses (anualizadas), sempre comparadas com igual período do ano anterior.

Novamente, é possível visualizar um comportamento muito diferente nos dois anos considerados: em termos de taxas acumuladas no ano, 2002 apresentou melhor desempenho que 2003; quanto às taxas anualizadas, os melhores resultados foram obtidos em 2003. Até outubro de 2003, última informação disponível por ocasião do fechamento desta revista, a indústria gaúcha acumulava um crescimento semelhante nos 10 primeiros meses do ano (2,80%) e no indicador anualizado (2,86%), uma performance bem menos favorável do que a

registrada em 2002 (respectivamente 4,31% e 3,14%). O mais importante a salientar, contudo, é a relativa estabilidade das taxas de crescimento que marcou 2003, especialmente das taxas acumuladas em 12 meses. O destaque positivo para a formação da taxa global no acumulado do ano (3,9 pontos percentuais) coube, sobretudo, à produção de máquinas e equipamentos para a agricultura. Em termos de impactos negativos, por sua vez, sobressaíram os decréscimos na fabricação de botas, sandálias e sapatos femininos, arroz beneficiado e fumo em folha.

Tabela 4

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria geral
do Rio Grande do Sul — jan.-dez./02-jan.-out./03

(%)

ANOS E MESES	ACUMULADAS NO ANO (1)	ACUMULADAS EM 12 MESES (2)
2002		
Até janeiro	0,70	-1,54
Até fevereiro	1,68	-1,14
Até março	0,51	-1,21
Até abril	3,43	-0,55
Até maio	3,99	0,19
Até junho	3,84	0,76
Até julho	3,88	1,26
Até agosto	3,11	1,17
Até setembro	3,85	2,30
Até outubro	4,31	3,14
Até novembro	4,39	3,89
Até dezembro	4,13	4,13
2003		
Até janeiro	1,42	4,19
Até fevereiro	2,78	4,29
Até março	3,88	4,94
Até abril	3,03	3,99
Até maio	3,08	3,75
Até junho	2,72	3,56
Até julho	2,12	3,08
Até agosto	1,76	3,19
Até setembro	2,49	3,08
Até outubro	2,80	2,86

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice (2002-2003). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2003.

(1) Os dados têm como base igual período do ano anterior = 100. (2) Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

Outros indicadores de desempenho industrial também mostram que a indústria gaúcha vem apresentando resultados positivos. A taxa acumulada até outubro de 2003 do Índice de Desempenho Industrial do Rio Grande do Sul (IDI-RS), calculado pela FIERGS com base em uma média ponderada de seis outros indicadores conjunturais,¹⁰ alcançou 2,7%, e a acumulada em 12 meses, 2,9%, ambas refletindo, em grande medida, a expansão das compras industriais nos mercados interno e externo (10,1%). Os indicadores horas trabalhadas na produção e pessoal ocupado total também foram positivos, embora com variações ainda reduzidas (0,8% e 1,5% respectivamente). Dentre os registros negativos, o pior resultado consistiu na queda acumulada de 2,9% dos salários reais, um claro indicador da perda de poder aquisitivo dos trabalhadores, contribuindo para a compressão da demanda interna. Por sua vez, a diminuição de 0,6% das vendas totais, a primeira taxa negativa acumulada no ano desse indicador, confirma a desaceleração relativamente branda da atividade industrial gaúcha, a qual já vem sendo revertida, conforme o presidente da FIERGS: “Pela primeira vez em 2003, as vendas ficaram negativas no acumulado do ano, mas o alento foram as compras em outubro, que alcançaram 10,14% em relação a setembro, sinalizando tendência de melhora na atividade” (Desempenho..., 2003).

O comportamento do comércio varejista no Rio Grande do Sul, medido pelo Indicador Mensal do Comércio Varejista (IMCV) do RS, apontou crescimento nos meses de setembro e outubro, quando comparado com igual mês do ano anterior (3,90% e 1,54%), mas ainda mostrou um leve recuo nas vendas acumuladas no ano e em 12 meses, até outubro (-0,39% e -0,51%), um percentual menor do que os registrados nos meses imediatamente anteriores. Os dados de outubro já mostram, assim, uma tendência de recuperação do setor, em resposta ao controle da inflação, à redução da taxa básica de juros e à expansão do crédito (Indicador..., 2003).¹¹

Quanto à ocupação da mão-de-obra industrial, os últimos meses trouxeram uma pequena elevação no número de postos de trabalho, inclusive no mercado formal de trabalho, que, no entanto, não foram suficientes para compensar o crescimento da população à procura de trabalho, o que explica a manutenção

¹⁰ O IDI-RS consiste em uma média ponderada das vendas e das compras industriais, das horas trabalhadas na produção, da utilização da capacidade instalada, dos salários e do emprego na indústria.

¹¹ Informações referentes ao mês de novembro confirmam a recuperação. O indicador mensal registrou uma expansão mensal de cerca de 8%, e os indicadores acumulados voltaram a apresentar taxas positivas, impulsionadas pelos segmentos automóveis, motos, peças e acessórios e móveis e eletrodomésticos.

da taxa de desemprego em níveis elevados. Dentre as contribuições mais expressivas para a geração de empregos em 2003, destacam-se mecânica (incluindo máquinas agrícolas) e química. Ao contrário, as principais perdas de postos de trabalho ocorreram nos gêneros têxtil, material de transporte e material elétrico e de comunicações (Balanço..., 2003).

Desempenho da indústria gaúcha segundo os gêneros industriais

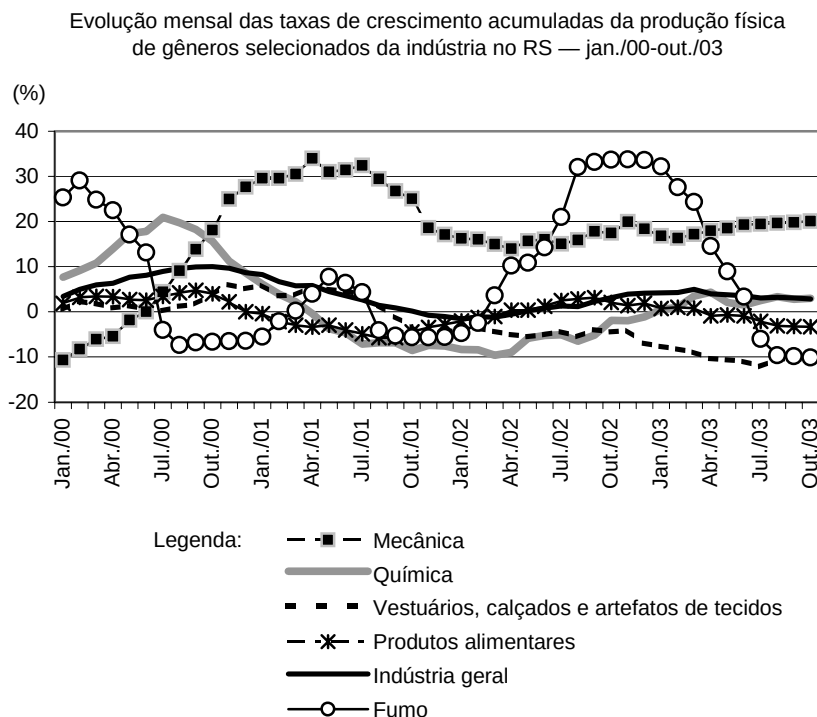
Os movimentos de expansão e retração que ocorrem no interior do setor industrial gaúcho podem ser melhor compreendidos e visualizados através da análise do comportamento dos gêneros industriais que o compõem. A composição setorial mostra uma grande diversidade de representatividade dos diversos gêneros, que se comportam de maneira também diferente em resposta aos fatores que vêm determinando o desempenho da economia brasileira como um todo e da indústria em particular.

O Gráfico 3 apresenta a evolução das taxas de crescimento de alguns gêneros selecionados em função de sua representatividade no valor adicionado da indústria.

Mecânica e fumo despontam como os setores industriais com maior variabilidade de crescimento ao longo dos últimos quatro anos, ainda que o auge tenha sido em diferentes ocasiões no tempo. O desempenho ascendente de mecânica em 2000 reflete o início do Programa Moderfrota, que também explica as taxas de crescimento dos anos seguintes. No gênero fumo, o pico produtivo de 2002 espelha a maior capacidade instalada de processamento de fumo paralelamente à obtenção de uma safra recorde do mesmo. O comportamento das taxas de crescimento mensais de química retrata os sucessivos avanços e recuos que essa indústria vem apresentando, com destaque para o longo período de taxas negativas que se seguiu ao aumento na produção decorrente da maturação dos investimentos ocorridos no final dos anos 90 e que só agora começa a ser revertido. Vestuário, calçados e artefatos de tecido, por sua vez, mostra uma trajetória declinante a partir de meados de 2001, e produtos alimentares apresenta períodos de taxas positivas alternados com períodos de taxas negativas sem dispersão significativa.

Em termos específicos da performance dos gêneros industriais em 2003, a Tabela 5 apresenta as taxas de crescimento da indústria gaúcha, segundo os gêneros pesquisados pelo IBGE, e o total da indústria de transformação, extrativa mineral e indústria geral.

Gráfico 3



FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2000/2003.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 12 jan. 2003.

NOTA: Os dados têm como base os 12 meses anteriores = 100.

As taxas de crescimento relativas ao indicador mensal (comparação do mês com igual período do ano anterior) referente ao mês de outubro são negativas em dez dos 18 ramos pesquisados, uma situação muito diferente da ocorrida em outubro de 2002, quando se configurava uma clara recuperação da atividade produtiva e havia apenas cinco gêneros com quedas de produção (Calandro; Campos, 2003). Os resultados do indicador acumulado no ano também mostram uma situação menos favorável em 2003, quando metade dos gêneros experimentou expansão, e a outra metade, contração da atividade industrial fabril, dificultando, sobremaneira, a possibilidade de se extrair um comportamento dominante.

Tabela 5

Taxas de crescimento acumuladas da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Rio Grande do Sul — jan.-dez./02-jan.-out./03

(%)

CLASSES E GÊNEROS	OUT/03 (1)	ACUMULADAS NO ANO (2)					
		2002		2003			
		Jan.- -out.	Jan.- -dez.	Jan.- -mar.	Jan.- -jun.	Jan.- -set.	Jan.- -out.
INDÚSTRIA GERAL	5,45	4,31	4,13	3,88	2,72	2,49	2,80
Indústria extrativa mine- ral	-6,40	-2,73	-1,83	-15,11	-10,12	-6,22	-6,24
Indústria de transforma- ção	5,48	4,33	4,15	3,94	2,76	2,51	2,83
Minerais não-metálicos	-3,52	-5,97	-4,21	7,83	5,23	3,14	2,44
Metalúrgica	3,36	2,69	4,00	8,30	5,50	3,97	3,90
Mecânica	19,17	19,74	18,36	9,43	20,00	21,85	21,51
Material elétrico e de co- municação	-10,47	-2,01	0,50	19,42	1,06	-6,31	-6,76
Material de transporte	3,23	10,34	9,65	2,49	2,38	7,21	6,78
Madeira	-33,13	-18,41	-20,43	-35,25	-42,40	-42,43	-41,37
Mobiliário	-4,07	-7,34	-5,98	2,35	-0,41	-1,07	-1,51
Papel e papelão	12,53	4,06	5,44	1,34	16,38	13,83	13,67
Borracha	7,06	-7,00	-5,09	2,02	0,22	3,07	3,53
Couros e peles	1,73	1,62	5,29	7,86	13,66	8,96	8,15
Química	15,57	-1,22	-1,14	7,23	2,84	2,31	3,71
Perfumaria, sabões e ve- las	-8,09	0,78	4,80	8,69	-3,20	-8,74	-8,67
Produtos de matérias plásticas	-20,64	-4,76	-3,95	-16,27	-18,62	-19,98	-20,04
Têxtil	32,46	-9,81	-11,13	-11,85	-3,62	0,96	3,73
Vestuários, calçados e ar- tefatos de tecidos	-14,49	-5,69	-6,98	-11,21	-12,42	-9,69	-10,29
Produtos alimentares	-2,92	2,22	1,90	-2,27	-3,27	-4,18	-4,05
Bebidas	-1,62	7,30	6,02	-12,20	-12,65	-11,19	-10,47
Fumo	-35,24	33,85	33,65	16,12	-0,27	-10,10	-10,19

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice (2002-2003). Rio de Janeiro: IBGE.
Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2003.

(1) Índice mensal com base em igual mês do ano anterior. (2) Índice acumulado com base em igual período do ano anterior.

A análise da evolução ao longo do ano desponta como relevante para melhor qualificar os resultados acumulados. Além de refletir a composição produtiva de cada gênero, a evolução retrata o maior ou menor grau de resposta do mesmo aos fatores dinamizadores do desempenho industrial desde meados de 2002. Assim, segmentos vinculados ao agronegócio e que destinam parte substantiva de suas vendas ao mercado externo tenderão a apresentar melhores resultados ou menores perdas. Alguns gêneros evoluíram de taxas negativas para positivas (têxtil), ou vice-versa (material elétrico e de comunicação, mobiliário, perfumaria, sabões e velas, e fumo), melhoraram ou pioraram o seu desempenho sem trocar de sinal (de um lado, mecânica, material de transporte, madeira, borracha e, de outro, minerais não-metálicos, metalúrgica, química e produtos de matérias plásticas), ou, ainda, que mantiveram um comportamento relativamente estável (papel e papelão, couros e peles, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares e bebidas).

Dos nove gêneros que apresentaram uma performance melhor em 2003 do que em 2002, considerando-se os 10 primeiros meses do ano, apenas minerais não-metálicos cresceu menos do que a média setorial de 2,80%. A maior contribuição à formação da taxa global, a qual é ponderada pela participação de cada gênero no total do valor adicionado industrial, foi dada mais uma vez pelo gênero mecânica, que contribuiu com 3,89 pontos percentuais, obtidos pela expansão de 21,51% no indicador acumulado no ano até outubro. Química e material de transporte também influenciaram significativamente o resultado global, ainda que com taxas de crescimento inferiores a papel e papelão e a couros e peles, cuja participação no valor adicionado industrial é muito reduzida.

O desempenho do gênero mecânica, representado no Rio Grande do Sul, em grande medida, pela produção de máquinas e implementos agrícolas, vem sendo altamente favorecido por sucessivas safras agrícolas recordes, crescimento da renda agrícola, aumento das receitas de exportações de *commodities*, cujos preços se recuperaram no mercado internacional, e, de forma expressiva, pelo programa de modernização da frota agrícola, o Moderfrota. Conforme já foi detectado em análises anteriores, no Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que o Moderfrota e o setor exportador, gerando demanda para a aquisição de novos equipamentos, têm sido identificados como os fatores que vêm alavancando a produção de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul e no Brasil e gerando uma onda de crescimento para toda a cadeia produtiva (Calandro; Campos, 2003).

Criado em março de 2000, o Moderfrota já liberou R\$ 6,5 bilhões a juros reduzidos para financiamento de equipamentos, recursos que permitiram a renovação de 40% da frota brasileira, com grandes possibilidades de chegar a 80%

em 2008, se o programa for mantido, segundo informou o Presidente da empresa Case New Holland (CNH), do Paraná (Aredes, 2003). A renovação da frota fazia-se necessária, pois, antes do programa, cerca de 40% do maquinário agrícola tinha mais de 20 anos de uso, e 30%, acima de 12 anos.¹² A perda de produtividade era preocupante, conforme alertavam os produtores rurais: “Isso acarretava desperdícios de até 15% dos grãos colhidos. Para uma produção anual de 120 milhões de toneladas, esse percentual de perda é similar à produção da Itália” (Aredes, 2003, p. B-10).

Em 2003, entretanto, as vendas para o mercado interno perderam dinamicidade e registraram queda de 10,7% em decorrência do “(...) descompasso entre a liberação por etapas dos recursos do Moderfrota e a demanda dos agricultores (...)” (Soares, 2003, p. B-10), especialmente nos primeiros meses do ano. A liberação dos R\$ 2,05 bilhões destinados ao Programa para o ano safra 2002/2003 esgotaram-se antes dos prazos previstos, e houve atraso na renovação de novos créditos. O cronograma de liberação dos R\$ 2 bilhões referentes ao ano-safra 2003/2004 também já precisou ser alterado em setembro, havendo, inclusive, sido completado com um novo aporte de recursos de R\$ 1 bilhão no âmbito da linha de crédito Finame Agrícola Especial do BNDES, cujos juros são, contudo, um pouco menos atrativos.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, se, por um lado, essa queda demonstra a importância do financiamento governamental para a produção e a comercialização de máquinas agrícolas no Brasil,¹³ por outro lado, não representou prejuízos para o faturamento das montadoras, uma vez que o encolhimento do mercado doméstico foi largamente compensado pelo crescimento superior a 100% das exportações de máquinas e implementos agrícolas em unidades, conforme divulgado pela Anfavea (Carta da Anfavea, 2003). É importante lembrar que esse redirecionamento da produção destinada ao mercado interno veio ao encontro de uma estratégia das matrizes estrangeiras para as suas fábricas no Brasil, que prevê a transformação do País em um pólo de tecnologia e em plataforma mundial de exportação de máquinas e equipamentos para a agricultura, em razão dos custos de produção menores.

¹² A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) projeta atingir em 2006 um *mix* de máquinas agrícolas próximo ao existente na União Européia e nos EUA: tratores com 10 anos de uso, em média, e colheitadeiras com 12 anos (Franco, 2003).

¹³ No Rio Grande do Sul, cerca de 90% das vendas são efetivadas através do Moderfrota. Em nível de Brasil, segundo o divulgado pelo Ministério da Agricultura, aproximadamente 60% dos tratores e 90% das colheitadeiras foram financiados pelo Programa (Campos; Calandro, 2003).

A expansão de 13,6% na produção brasileira de máquinas agrícolas automotrizes no período jan-nov./03, comparado com igual período de 2002, tem grande participação do Rio Grande do Sul, cujo parque produtor desses bens responde por pouco mais da metade da produção nacional.

A segunda principal contribuição positiva para a composição da taxa global da indústria gaúcha no acumulado no ano até outubro foi dada pelo gênero química. Vindo de uma situação bastante desfavorável nos últimos dois anos, a produção de produtos químicos, principalmente do segmento da petroquímica, que domina o gênero no Rio Grande do Sul, voltou a apresentar expansão em 2003. A estocagem preventiva realizada pelas empresas usuárias de resinas termoplásticas no início do ano, temendo os efeitos da Guerra do Iraque, a recuperação da economia argentina, o direcionamento de parcela expressiva da produção para o mercado externo, a recomposição dos preços dos produtos petroquímicos, dentre outros fatores, sustentaram o crescimento da indústria química gaúcha. Particularmente impactantes foram a reversão da trajetória de alta do dólar e do preço da nafta, que havia alcançado níveis históricos no mercado internacional.

Nos últimos anos, uma série de investimentos realizados no Pólo Petroquímico de Triunfo e, também, na Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, trouxeram avanços tecnológicos significativos e aumentaram a competitividade e a capacidade de produção de produtos das primeira e segunda gerações da petroquímica, com efeitos também expansivos nas empresas da terceira geração, fabricantes de produtos de matérias-plásticas, insumidoras de resinas termoplásticas.¹⁴ Direcionada essencialmente para o mercado interno, respondendo diretamente aos movimentos de contração e expansão da atividade econômica, esta última indústria vem sofrendo com o aumento desproporcional dos preços dos insumos, com a redução da demanda doméstica, com a concorrência com os produtos asiáticos e com a escassa penetração no mercado externo. Nos primeiros 10 meses de 2003, a produção do gênero produtos de matérias plásticas recuou 20% no confronto com igual período do ano anterior, operando com níveis de ociosidade elevados, caracterizando perdas substanciais, inclusive de margens de lucro (Klein, 2003).

O otimismo com relação ao desempenho da indústria química, entretanto, depara-se com alguns limitadores. Um deles é o excesso de oferta de produtos

¹⁴ As indústrias de primeira geração da cadeia petroquímica, também conhecidas como centrais de matérias-primas, produzem os petroquímicos básicos; as da segunda geração processam os petroquímicos básicos para fabricar os produtos intermediários; as da terceira, conhecidas como indústrias de transformação, processam os produtos intermediários para manufaturar os bens de consumo que chegam até o consumidor (Klein, 2003).

petroquímicos no mercado mundial, que afeta o preço e restringe as exportações. Atualmente, a cadeia petroquímica opera com ociosidade, a segunda geração, por exemplo, operando com utilização de capacidade instalada de 80%, abaixo dos níveis normais. No último trimestre do ano, entretanto, o reajuste do preço das resinas, que estava defasado, marca o início do processo de recuperação de preços, que deve servir, também, para aumentar as margens de lucro da indústria. Paralelamente, o mercado externo, onde os preços são melhores, devem continuar impulsionando a produção dessa indústria.

A terceira contribuição positiva importante veio do gênero material de transporte, que cresceu 6,78% no acumulado do ano até outubro. A performance da produção desse gênero em 2003 não foi tão boa quanto no ano anterior, mas a taxa positiva e crescente ao longo do ano foi impulsionada pela fabricação de reboques e semi-reboques e carrocerias de ônibus.

Conforme já foi salientado em análises anteriores, o bom desempenho do gênero decorre, em grande medida, do processo de reestruturação da cadeia automotiva no Estado, quando a introdução acelerada de inovações tecnológicas e organizacionais conferiu mais dinamismo ao setor. Destaca-se, no Rio Grande do Sul, a concentração na fabricação de peças e autopeças, primordialmente para ônibus e caminhões, de sistemas automotivos e de implementos rodoviários. A região de Caxias do Sul abriga as principais empresas da cadeia produtiva de ônibus e caminhões, inclusive as montadoras Agrale, Marcopolo e Randon. A produção é vendida tanto no mercado interno como externo, mas, em 2003, em virtude do desaquecimento da atividade econômica no Brasil, as exportações mostraram-se prioritárias.

O desempenho dessa indústria deverá receber uma motivação adicional em 2004 por conta da criação do Programa de Modernização da Frota de Caminhões, o Modercarga, já aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, através do qual se espera substituir pelo menos um terço da frota nacional de caminhões, com idade média de 18 anos de uso. Os recursos virão do Fundo de Amparo ao Trabalhador e serão operacionalizados pelo BNDES (Manfredini, 2003).

Dentre as pressões negativas exercidas no indicador, sobressaem os gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecido (-10,29%), produtos alimentares (-4,05%), bebidas (-10,47%) e fumo (-10,19%), principalmente os dois primeiros em razão de seu peso na estrutura industrial regional.

A evolução do gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos espelha, em grande medida, as vicissitudes que atingem as indústrias calçadistas nacional e regional. Por ser um bem de consumo não durável direcionado, primordialmente, para o mercado interno, o calçado foi penalizado pela manutenção de juros elevados e pela perda de poder aquisitivo de boa parte da população brasi-

leira em 2003. O setor calçadista gaúcho foi particularmente atingido, pois produz grande quantidade de sapatos de couro, de maior preço unitário.

Mesmo no Rio Grande do Sul, onde boa parte da produção é direcionada para o mercado externo, existindo, inclusive, várias fábricas que exportam todos os calçados fabricados, o desempenho desfavorável doméstico não conseguiu ser compensado pelas vendas para o Exterior. Estas últimas foram prejudicadas pelas incertezas em relação ao cenário político e econômico internacional, pela Guerra do Iraque e pela estagnação nos países importadores, além da valorização do real frente ao dólar, que retirou competitividade do produto brasileiro. Em consequência, a estimativa inicial do setor calçadista em fechar 2003 com uma exportação de US\$ 1,7 bilhão dificilmente será alcançada, embora o valor a ser atingido deva superar os US\$ 1,4 bilhão de 2002. Em termos de número de pares, a variação percentual entre os dois anos deverá ser maior, pois, considerando-se os dados até novembro, o preço médio do calçado exportado caiu de US\$ 8,94 para US\$ 8,25 o par (Viscardi, 2003).

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de calçados, e o mercado interno absorve apenas 2,6 pares por ano (na Europa o consumo é de sete pares/ano). O Rio Grande do Sul responde por, aproximadamente, metade da produção e por cerca de 70% das exportações brasileiras de calçados. Para aumentar a sua competitividade externa, as empresas brasileiras têm investido muito em capacitação profissional, inovação e tecnologia, paralelamente ao estímulo à cooperação operacional e institucional e à integração da cadeia produtiva. Para o Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a ampliação da participação brasileira no comércio internacional consiste na “(...) forma de impulsionar o crescimento da indústria, ampliar as divisas e gerar mais empregos”, e lembra que, apesar da “(...) desconcentração dos destinos das exportações, ainda é reduzida a participação do calçado brasileiro em mercados potenciais, como é o caso de vários países da Europa” (Viscardi, 2003, p. 11).

Além de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, os outros dois gêneros destacados pela pressão negativa efetuada sobre a composição da taxa global e que também foram muito afetados pelo desaquecimento no mercado interno são produtos alimentares e bebidas. O seu desempenho, que se manteve negativo ao longo de todo o período jan.-out./03, efetivamente comprova a sua dependência do mercado interno e da obtenção de boas safras agrícolas. No caso de produtos alimentares, isso é particularmente relevante, pois, de acordo com o IBGE, os resultados negativos obtidos por essa indústria vieram, em grande medida, da queda na produção de arroz beneficiado, motivada pela quebra na safra desse grão. A boa performance do mercado externo em termos de exporta-

ção de óleo de soja, carnes, etc. não atinge volume suficiente para influenciar no desempenho final do gênero.

Considerações finais

Os primeiros meses de 2003 caracterizaram-se por quedas sucessivas da produção industrial da maioria dos gêneros industriais. Os novos aumentos nos juros e nos depósitos compulsórios, dando continuidade à austeridade monetária adotada no Governo FHC, tiveram impactos negativos sobre a atividade produtiva e sobre o nível de emprego. A produção de bens de consumo contraiu-se fortemente, tanto os bens de consumo duráveis, devido às condições de crédito — caro e escasso —, quanto os semiduráveis e os não duráveis, pelo aumento da taxa de desemprego e pela diminuição da renda real das famílias.

Em síntese, embora o quadro macroeconômico tenha evoluído favoravelmente a partir do segundo semestre de 2003, câmbio apreciado, porém estável, inflação sob controle e juros em queda, a produção industrial mostrou sinais tímidos de recuperação. Os melhores desempenhos, uma vez mais, ficaram com os segmentos ligados à agroindústria e à exportação, beneficiados pela recuperação econômica de seus principais parceiros comerciais e pelo petróleo. Foram mais atingidos os segmentos voltados para o mercado interno, cuja demanda se retraiu fortemente em razão dos elevados índices de desemprego e da massa salarial em queda.

A indústria gaúcha mostrou-se sensível a esses condicionantes, e o desempenho da maioria de seus gêneros industriais refletiu a sua forte vinculação ao agronegócio e ao setor exportador, mas também, em boa medida, às condições do mercado interno. Assim, a ocorrência de boas safras agrícolas e as condições favoráveis de financiamento dos bens de capital para o setor agrícola, associadas à existência de importantes segmentos da estrutura industrial com boa performance exportadora, permitiram uma evolução relativamente estável da indústria geral (e de transformação) ao longo do ano. É claro que alguns segmentos mais articulados com o mercado interno, tais como produtos alimentares e bebidas, acusaram taxas negativas, que deverão ser revertidas com a retomada do crescimento econômico. Também vale lembrar que a continuidade da expansão das exportações pode confrontar-se com o abastecimento do mercado interno em ascensão, constituindo-se em um desafio para determinados segmentos industriais que recorreram às vendas externas em resposta ao desaquecimento da demanda doméstica.

O ambiente, interno e externo, favorável garante a continuação do crescimento em 2004. A questão que se coloca é a sustentabilidade dessa retomada. O grande desafio para o Governo Federal consiste em combinar uma política econômica, baseada em aperto fiscal e metas de inflação, com câmbio flutuante e medidas de apoio à reestruturação de alguns setores industriais, como, por exemplo, os fabricantes de produtos de alto conteúdo tecnológico e de maior valor agregado (bens de capital), ao adensamento das cadeias produtivas e à ampliação do consumo interno. Em outras palavras, o crescimento sustentado requer não só a implementação de uma política industrial que priorize setores, seja pelo elevado déficit na balança comercial, seja pelo seu conteúdo tecnológico, mas também, uma política de salário e renda que reduza a concentração de renda no País.

Referências

AREDES, Karlton. Montadoras aumentam faturamento com maior demanda de produtores rurais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. B10, 17 dez. 2003. (Finanças & Mercados).

BALANÇO econômico 2003 & perspectivas 2004. Porto Alegre: FIERGS/CIERGS; Assessoria Econômica, dez. 2003. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br> Acesso em: 16 dez. 2003.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 61, jun. 2003.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: IPEA, n. 63, dez. 2003a.

CALANDRO, Maria Lucrécia; CAMPOS, Silvia H. Desempenho da indústria em 2002: retomada lenta. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 133-162, mar. 2003.

CAMPOS, Silvia H.; CALANDRO, Maria Lucrécia. Produção das indústrias brasileira e gaúcha no primeiro quadrimestre de 2003: retração à vista. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 77-105, ago. 2003.

CONFIANÇA na economia brasileira. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-3, 9/11 jan. 2004. (Editorial).

DESEMPENHO industrial tem crescimento, apesar da desaceleração. Porto Alegre: FIERGS/CIERGS, 2003. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/noti9.htm> Acesso em: 8 dez. 2003.

DESIGUALDADE de renda é freio para o crescimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B-1, 4 jan. 2004.

ECONOMIA & CONJUNTURA. **Análise da conjuntura macroeconômica**. Rio de Janeiro: IE- COPPEAD/UFRJ, nov. 2003.

EXPORTAÇÕES brasileiras em 2003, As. **Informe Econômico**, Porto Alegre: FIERGS/CIERGS, 15/22 dez. 2003. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/noti12.htm> Acesso em: 29 dez. 2003.

EXPORTAÇÕES gaúchas batem novo recorde. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 32, 18 dez. 2003,

FRAGA, Érica. Recuperação dos EUA favorece Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B-2, 31 out. 2003.

FRANCO, Luciana. Produção recorde de máquinas agrícolas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. B-10, 9 set. 2003.

INDICADOR MENSAL DO COMÉRCIO VAREJISTA — IMCV. Porto Alegre: FEE/Secretaria Estadual da Fazenda, v. 2, n. 2, dez. 2003. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_boletins_imcv.php Acesso em: 03 jan. 2004. (Publicação on-line).

INDICADORES DIESP. São Paulo: FUNDAP, n. 93, dez. 2002/ fev. 2003.

INDICADORES DIESP. São Paulo: FUNDAP, n. 97, nov./dez. 2003a.

INDICADORES INDUSTRIAIS CNI. Rio de Janeiro: CNI/SINDI, v. 14, n. 9, set. 2003.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Pacote para os medicamentos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. A-25, 4 jan. 2004.

KLEIN, Jefferson. Capacidade ociosa atinge petroquímica. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.14, 4 ago. 2003.

MANFREDINI, Camila. **Governo federal lança Modercarga**. Notícias on-line. MDIC, 17 dez. 2003. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/imprensa/noticias.asp?numero=5526> Acesso em: 22 dez. 2003.

PALMEIRA FILHO, Pedro Lins; PAN, Simon S. Koo. A cadeia farmacêutica no Brasil: avaliação preliminar e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 3-22, set. 2003.

PAULANI, Leda Maria. Brasil delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula. In: PAULA, João Antonio de. (Org.). **A economia política da mudança**: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte : Autêntica, 2003.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física Brasil. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. out. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm> Acesso em: 18 dez. 2003.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física regional. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. jul, out. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtm> Acesso em: 18 dez. 2003.

PIB dos EUA sobe 7,2%, maior taxa desde 1984. Folha de São Paulo, São Paulo, p. B-1, 31 out. 2003.

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: número índice (2002-2003). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2003.

SINOPSE ECONÔMICA. Rio de Janeiro: BNDES, Área de Planejamento, n. 130, nov. 2003.

SOARES, Paulo. Venda de colheitadeiras e tratores caem 10% no ano. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. B-10, 3 jan. 2004. (Finanças & Mercados)

SOUZA, Cláudio. Demora ameaça o crescimento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. A-24, 4 jan. 2004. (Economia & Negócios)

VISCARDI, Karen. Couro acabado dribla sazonalidade. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.12, 20 out. 2003.

VISCARDI, Karen. Exportações de calçados podem chegar a US\$ 1,5 bilhão. **Jornal do Comércio**, p. 11, 27 nov. 2003.